

 René de Castro Lopo Neto¹
 Santuzza Arreguy Silva Vitorino²
 Ana Laura Brandão²
 Juliana Pereira Casemiro^{1,3}

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Segurança Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Correspondência
René de Castro Lopo Neto
meto@sesc.com.br
re nec78@yahoo.com.br

Validação do modelo lógico operacional de uma rede nacional de bancos de alimentos: contribuição para avaliação em segurança alimentar e nutricional

Validation of the logical operational model of a national network of food banks: contribution to evaluation in food and nutritional security

Resumo

Objetivo: Descrever o processo de validação do modelo lógico operacional (MLO) do Programa Mesa Brasil Sesc (MBS) para a promoção da SAN. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal e de validação de instrumento, baseado em documentos legais de SAN, por meio da técnica de consenso Delphi com painel de especialistas. **Resultados:** O painel para validação foi formado por 12 participantes, atores em SAN das cinco macrorregiões geográficas do país, que analisaram a pertinência e relevância das atividades, produtos, resultados e impactos dos seis componentes técnicos do MBS. Os 103 itens, distribuídos nos componentes técnicos, foram consensuados quando alcançaram mais de 85% de concordância entre os participantes, confirmados pelas análises da mediana e intervalo interquartil. **Conclusão:** Esse processo proporcionou um espaço rico e horizontal de discussão sobre teoria, prática e resultados, trouxe reflexões e novas percepções sobre o MBS, e o MLO resultante é valiosa ferramenta para o desenvolvimento de estratégias de M&A, tomada de decisões e governança sobre o programa.

Palavras-chave: Monitoramento. Avaliação de processos e resultados. Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

Objective: To describe the validation process of the logical operational model (LOM) of Mesa Brasil Sesc Program (MBS) for the promotion of FNS. **Methods:** This is a cross-sectional study and instrument validation, based on FNS legal documents, using the Delphi consensus technique with a team of experts. **Results:** The validation team was made up of 12 participants, FNS important players from the country's five geographical macro-regions, who analyzed the pertinence and relevance of the activities, products, results and impacts of the six technical components of MBS. The 103 items, distributed in the technical components, reached consensus when they reached more than 85% agreement among the participants, confirmed by the analysis of the median and interquartile range. **Conclusion:** This process provided a rich and horizontal discussion on theory, practice and results, brought reflections and new perceptions about MBS and the resulting LOM is a valuable tool for developing M&E strategies, decision-making and governance of the Program.

Keywords: Monitoring. Processes and results evaluation. Food and nutrition security.

INTRODUÇÃO

A constituição da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como campo de conhecimentos, práticas e políticas públicas¹ tem sido marcada pela constatação da persistência da fome, desnutrição e suas manifestações,²⁻⁵ aliadas a um cenário de desperdício de alimentos.^{6,7} Diante deste cenário, o Serviço Social do Comércio (Sesc) – instituição privada com atuação em todo o território nacional⁸ – lançou o Programa Mesa Brasil Sesc (MBS).

Criado no ano de 2003, o MBS é uma rede nacional de bancos de alimentos que, além de operar no modelo tradicional de coleta e distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização e ainda próprios ao consumo,^{9,10} realiza ações educativas que visam promover o desenvolvimento e a autonomia de indivíduos das Entidades Sociais Assistidas (ESA),¹¹ tratando-se de importante estratégia de SAN.

O monitoramento e a avaliação (M&A) em Alimentação e Nutrição podem aportar contribuições relevantes para o alcance da SAN.¹² Os documentos normativos referentes à SAN destacam o M&A entre seus objetivos e diretrizes,^{1,12} apontando para a prioridade e relevância deste tema.¹³ No Sesc, as estratégias de M&A são valorizadas e a instituição acumula experiências, dados e expertise neste tipo de atividade.¹⁴ A fim de aprimorar processos de M&A do MBS e identificar fatores que permitam potencializar resultados para a contínua promoção da SAN, na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), identificou-se a necessidade de ampliar a percepção sobre o programa por meio do olhar dos múltiplos atores envolvidos em sua cadeia de atuação.

Acredita-se que o aprimoramento do M&A do MBS pode contribuir ainda mais para o combate às causas básicas das perdas e desperdícios de alimentos (PDA) e de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, que, ao mesmo tempo que figura entre os dez países que mais registram perdas de alimentos no mundo,¹⁵ apresenta mais da metade de sua população com algum grau de IA, com 33 milhões de brasileiros passando fome diariamente,¹⁶ em decorrência das crises sanitária e econômica acirradas pela pandemia de Covid-19, associadas com o desmonte de políticas públicas ao longo dos últimos cinco anos.^{17,18}

Entende-se que desenvolver um instrumento acessível, de simples compreensão e aplicação, que contemple a relação entre os pressupostos do MBS¹¹ e as dimensões de SAN,¹⁹ seja vantajoso para compreender as atividades e estrutura necessárias para alcançar os resultados almejados, além de permitir identificar e analisar possíveis fatores contextuais, internos e externos, que possam auxiliar a tomada de decisão.

Assim, este artigo tem como objetivo descrever a metodologia de validação do modelo lógico operacional do Programa Mesa Brasil Sesc para a promoção da SAN.

MÉTODOS

Ao abordarmos a construção e validação de modelos lógicos, é importante destacar a existência de duas categorias: lógico-teórico e lógico-operacional.²⁰ O primeiro retrata como um programa idealmente funciona, incluindo especificações sobre o problema ou comportamento visado, a população-alvo, as condições do contexto, seu conteúdo e os atributos necessários e suficientes para produzirem, isolada ou integradamente, os efeitos esperados, explicitando que argumentações teóricas dão suporte à hipótese apresentada,²¹ enquanto o segundo demonstra, a partir da relação entre insumos, atividades e produtos, como o programa deve atuar para alcançar os resultados e impactos almejados.²⁰

Entendendo a necessidade de descrever minuciosamente a intervenção e modelizá-la, a fim de melhor orientar o processo de M&A,²¹ foi desenvolvido o modelo lógico-teórico (MLT) do MBS,²² a partir da análise da literatura sobre o tema e dos documentos de gestão do MBS,^{11,14} cotejada com a legislação vigente em SAN,^{19,23} que marcou o início do processo de validação do modelo lógico-operacional (MLO), foco deste artigo.

De acordo com Vitorino, Cruz e Barros,²⁴ o MLO não tem a pretensão de ser “uma verdade universalmente aplicável”, a julgar pelas especificidades de cada região e territórios nacionais, marcados pela diversidade econômica, cultural e social do Brasil, mas trazer o olhar de pessoas que conhecem o programa em diferentes contextos de funcionamento e favorecer a incorporação de novas informações, experiências, conhecimentos adquiridos com a vivência e diferentes olhares em relação a concepções pré-formuladas. Esses participantes são considerados, assim, especialistas envolvidos com a temática.

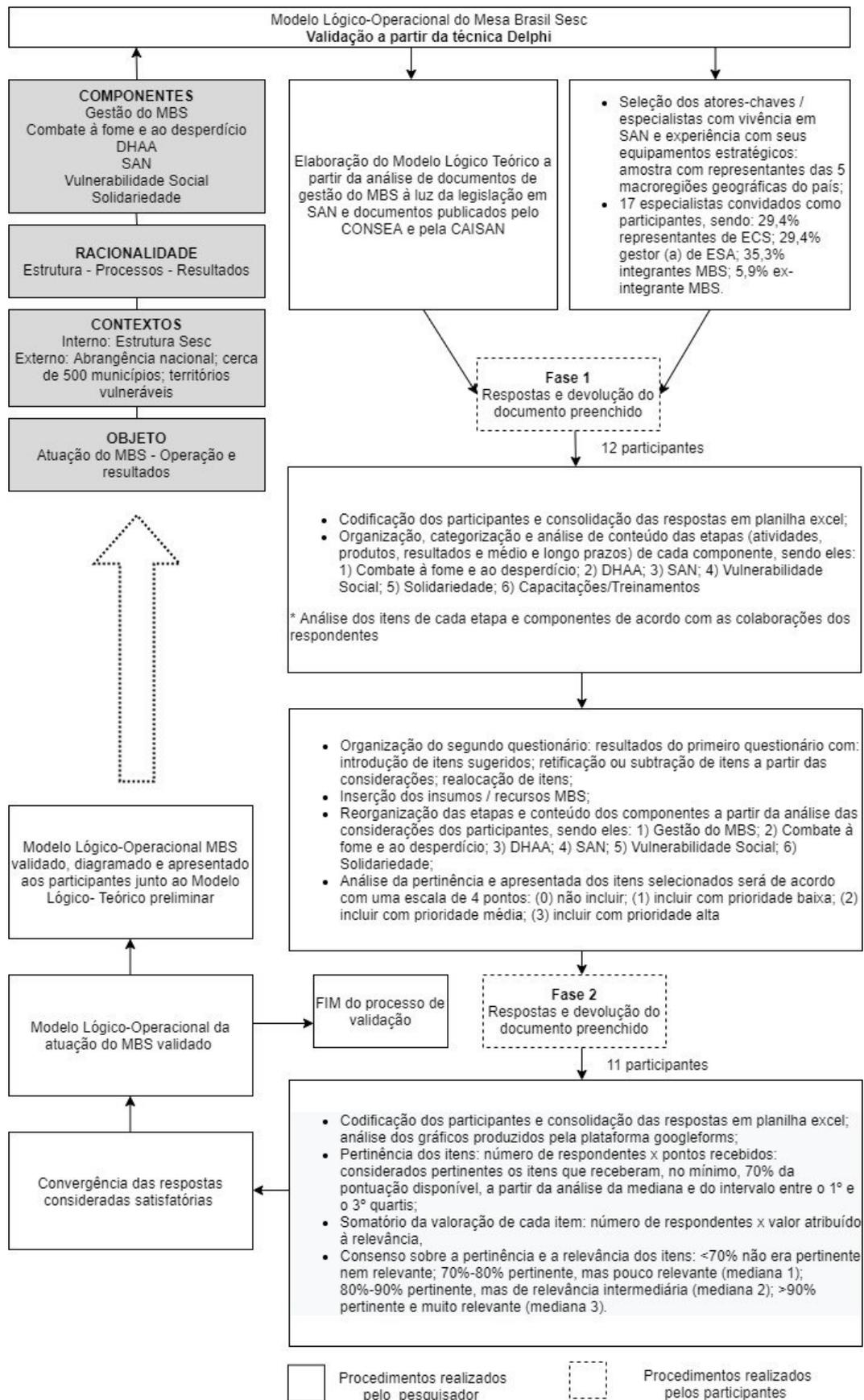
O envolvimento de potenciais interessados na construção e validação de modelos lógicos pode se dar de diversas formas, usualmente oficinas de trabalho,²⁵ mas no contexto da pandemia de Covid-19, que adotou o distanciamento social como estratégia principal para evitar a contaminação e a propagação do novo coronavírus, plataformas digitais²⁶ e técnicas de consenso tradicionalmente realizadas à distância, como a técnica Delphi, têm sido utilizadas para aumentar a validade do constructo de elaborações teóricas sobre intervenções em saúde.²⁴

O processo de validação do MLO do MBS envolveu a escuta de atores-chave por meio de técnica de construção de consenso – Delphi, a qual se baseia no princípio de que as previsões emitidas por um grupo estruturado de especialistas, em que cada elemento é isolado da influência dos demais, são mais precisas se comparadas às previsões geradas por grupos não estruturados ou previsões individuais.²⁷⁻³⁰

Essa técnica tem sido introduzida de maneira profusa para alcançar o consenso acerca de um tema previamente estabelecido, em diversas áreas de conhecimento, oportunizando que especialistas, pesquisadores, gestores e demais atores envolvidos com o assunto participem de processos construtivos e de tomada de decisão.²⁷⁻³⁰ Característica intrínseca à técnica, particularmente relevante para o MBS considerando sua ampla distribuição em todos os estados brasileiros, é ser realizada à distância, o que possibilita a participação de pessoas que se encontram distantes geograficamente.

O processo de validação foi proposto em duas fases, com a finalidade de dar amplitude à validade do constructo e favorecer sua divulgação e replicação após formalizado. A Figura 1 traz o fluxograma do processo de validação do MLO²⁴ com a adoção de metodologia quali-quantitativa, que permite múltiplos olhares frente ao entendimento da atuação do Programa MBS e sua complexidade de manifestações no campo da SAN.¹¹

Figura 1. Fluxograma do processo de validação do Modelo Lógico-Operacional do Programa Mesa Brasil Sesc.



Fonte. Elaboração própria, baseado nos fluxogramas apresentados por Wright e Giovinazzo²⁷ e Vitorino, Cruz e Barros.²⁴

Adotando como critérios os conhecimentos técnicos e empíricos relacionados ao Programa MBS, e/ou atuação em SAN, além do local de atuação, foram convidados, por meio de correio eletrônico, 17 especialistas: 1 integrante do MBS/Departamento Nacional do Sesc (Sesc DN), 1 ex-integrante da equipe técnica do MBS no Rio de Janeiro e 3 representantes de cada macrorregião brasileira, sendo 1 coordenador(a) do MBS, 1 gestor(a) de ESA e 1 representante de espaço de controle social. Destes, 12 especialistas responderam positivamente e ingressaram na plataforma virtual *GoogleForms* para o preenchimento das perguntas ao questionário semiestruturado da Fase 1.

Na Fase 1, por se tratar intencionalmente de uma etapa aberta, o instrumento contou com questões pré-elaboradas, sem obrigatoriedade de resposta para avançar às demais, e com espaços para a livre manifestação do respondente acerca dos componentes estruturais do MLO (atividades, produtos, resultados e impactos), de acordo com cada um dos seis componentes técnicos MBS descritos a partir de seus argumentos principais: 1 - Combate à fome e ao desperdício; 2 - DHAA; 3 - SAN; 4 - Vulnerabilidade Social; 5 - Solidariedade; 6 - Capacitações e Treinamentos.

Os princípios da *Teoria de Mudança*,^{31,32} amplamente aplicados no planejamento e monitoramento e avaliação, foram utilizados para conduzir a elaboração do instrumento, com perguntas formuladas a partir do encadeamento de ideias e na relação causal inversa entre os componentes estruturais.

Foi disponibilizado aos participantes um vídeo contendo apresentação pessoal do pesquisador, breve relato da atuação do MBS, além da explicação do que deveria ser realizado nessa primeira fase do estudo. O prazo estipulado para o preenchimento do instrumento da Fase 1 foi de 30 (trinta) dias, e a figura 2 apresenta exemplo do conteúdo do instrumento, elaborado a partir da racionalidade da Teoria de Mudança e do conceito de intervenção.²¹

Figura 2. Exemplo do conteúdo do instrumento da Fase 1.

Questionário da Fase 1

Componentes técnicos MBS: Palavras-chaves/conceitos que permeiam a existência e a atuação do Programa MBS

Componente 1: Combate à fome e ao desperdício

Objetivos: Contribuir para o combate à fome e ao desperdício de alimentos, por meio da racionalização do consumo de recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção de alimento, cujo descarte tem impactos significativos nas 3 dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica).

1. Considerando os objetivos do MBS em relação ao combate à fome e ao desperdício, o(s) resultado(s) esperado(s)/impacto(s) em longo prazo (> 5 anos) para o público atendido e atores envolvidos é/são: [assinalar todas as opções que julgar pertinentes]

() Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)

() Redução da situação de pobreza e fome

() Redução da prevalência de desnutrição

() Outros

Fonte. Elaboração própria.

A análise do perfil dos respondentes configurou um grupo heterogêneo, bastante experiente, com diversificada atuação em SAN e, conseqüentemente, muitas vivências a serem compartilhadas. A maior parte dos respondentes foi de nutricionistas (8), mas a pesquisa também contou com assistentes sociais (2), docente do magistério superior (1) e administrador (1), sendo 10 mulheres e 2 homens. O local de atuação profissional foi maioria na Região Sudeste (7), mas com representação de todas as macrorregiões brasileiras, distribuídas em Nordeste (2), Norte (1), Centro-Oeste (1) e Sul (1). A maioria dos participantes está na faixa etária de 30 a 50 anos (7), com tempo de atuação em SAN de 11 a 19 anos (9), incluindo 2 respondentes com mais de 20 anos de atuação na área. Todos os participantes possuíam formação superior, a metade com pós-graduação *lato sensu* (6) e 3 com pós-graduação *stricto sensu*.

A menor adesão entre os convidados a participar da pesquisa aconteceu entre ESA, usuários da intervenção, sendo que das cinco regiões, apenas um gestor de ESA atendidas pelo MBS respondeu. Algumas dificuldades comumente apontadas por esse público intensificaram-se em 2020, ao longo da pandemia do novo coronavírus, haja vista que, na maioria dos casos, além de trabalharem, residem nesses territórios de maior vulnerabilidade social. Dentre os contratemplos mais relatados, destacam-se: problemas de acesso a computadores e conexão com a internet; esgotamento físico e emocional; sobrecarga de trabalho; pouca familiaridade com plataformas digitais/ambientes *on-line* e seus recursos.

Considera-se que as perdas relatadas pelos integrantes desse grupo específico não tenham comprometido a consistência do processo de validação realizado, consoante a representatividade dos demais grupos envolvidos.

As respostas do instrumento da Fase 1 foram coletadas pelo Google Forms e analisadas por Excel e a ferramenta Iramutec, *software* utilizado para a análise de conteúdo de textos e questionários. Cada resposta, em qualquer componente técnico do programa, fez repercutir nos demais componentes estruturais. A título de exemplo, quando um participante sugeriu determinado resultado ou impacto, o passo seguinte foi realizar o caminho inverso para a definição de atividades e produtos que pudessem levar àqueles resultados previstos.

As respostas analisadas e consolidadas apresentaram a visão geral do grupo de respondentes sobre o funcionamento do MBS enquanto intervenção, incluindo os potenciais de transformação presentes em sua atuação em médio e longo prazos, com as respectivas atividades e produtos necessários, e serviram de base para a elaboração do instrumento da segunda fase, de acordo com a Figura 3.

Figura 3. Exemplo do conteúdo do instrumento da Fase 2.

Questionário da Fase 2

REGISTRO - Antes de iniciar solicito que registre aqui seu endereço eletrônico (e-mail), ressaltando que, conforme informações apresentadas no TCLE, tal registro será apenas para a consolidação codificada a ser realizada pelo pesquisador, mantendo o seu anonimato:

Componente 2: Combate à fome e ao desperdício - Para este componente, serão respondidas as questões de 5 a 8

Objetivos: Contribuir para o combate à fome e ao desperdício de alimentos, por meio da racionalização do consumo de recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção de alimento, cujo descarte tem impactos significativos nas 3 dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e econômica).

Quadro - Fluxo Componente 2

Componente 2 – Combate à fome e ao desperdício				
Insumos	Atividades	Produtos	Resultados e Impactos	
Recursos financeiros	Captação de novos doadores	Número de doadores ampliado	Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia	Redução da situação de pobreza e fome
	Fidelização/valorização de doadores	Trabalho aprimorado com os doadores já existentes		
Recursos Humanos	Coleta e distribuição de alimentos	Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação	Aumento do consumo consciente – alimentos /recursos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)
Veículos		Número de entidades sociais atendidas ampliado		
Espaços físicos	Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	Trabalho aprimorado com as entidades sociais atendidas	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	Redução da mortalidade infantil
Recursos materiais	Realização de ações educativas, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos, com todos os atores envolvidos na rede	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos		
Equipamentos	Realização de ações educativas, que abordem os mecanismos da fome e da exclusão social, com todos os atores envolvidos na rede	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que abordem os mecanismos da fome e da exclusão social	Aumentos de ações do MBS monitoradas e avaliadas	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos	Autoavaliações sistemáticas realizadas		
	Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado		

5. Atividades a serem realizadas para os produtos previstos:

	Não Incluir	Incluir (Baixa)	Incluir (média)	Incluir (alta)
Captação de novos doadores	()	()	()	()
Fidelização/valorização de doadores	()	()	()	()
Coleta e distribuição de alimentos	()	()	()	()
Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	()	()	()	()
Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	()	()	()	()
Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos, que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social	()	()	()	()
Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos	()	()	()	()
Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações	()	()	()	()

Fonte. Elaboração própria.

Os participantes que responderam à Fase 1 receberam, por *e-mail*, um novo *link* para o preenchimento do instrumento estruturado da Fase 2. Diferentemente do anterior, neste as respostas fechadas eram obrigatórias e com possibilidade de comentário livre. Foi dado um prazo de 10 dias aos participantes para respondê-lo.

Pelo instrumento Fase 2, foi possível analisar os itens dos componentes estruturais (atividade, produto, resultado e impacto) de cada um dos seis componentes técnicos do programa, trazidos da fase anterior, e classificá-los quanto a sua pertinência e relevância. Para tanto, o respondente assinalou, em cada sentença apresentada, opções: não incluir; incluir com prioridade baixa; incluir com prioridade média; ou incluir com prioridade alta, que receberam durante a análise as seguintes pontuações, respectivamente: 0, 1, 2 e 3.

A pontuação final dos itens foi calculada multiplicando-se o número total de respondentes que considerou que o item deveria ser incluído, ou seja, que ele é pertinente, pelo valor dos pontos recebidos.

Foram considerados pertinentes os itens que receberam, no mínimo, 70% da pontuação disponível, a partir da análise da mediana e do intervalo interquartil. A análise de relevância foi proposta em uma escala de pontuação (1, 2 e 3) e definiu a intensidade da pertinência. Assim, considerou-se que <70% não era pertinente nem relevante; 70%-74,9% pertinente, mas pouco relevante (mediana 1-2); 75%-84,9% pertinente, mas de relevância intermediária (mediana 2-3); >85% pertinente e muito relevante (mediana 3).

A atribuição da intensidade da relevância procurou definir o nível de importância atribuída pelos participantes aos itens de cada componente para a promoção da SAN e o alcance de resultados exitosos e, portanto, sua permanência, reformulação ou desconsideração no instrumento.

As respostas foram consolidadas, e os itens considerados pertinentes e muito relevantes, estatisticamente definidos pela mediana (3) e intervalo interquartil (< 1) por, pelo menos, 85% dos participantes, foram os itens que compuseram o MLO validado.

Em relação aos aspectos éticos, os respondentes receberam e assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Anuência da Gerência de Assistência/Diretoria de Programas Sociais do Sesc-DN e, em observância aos princípios éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016, a qual orienta condutas éticas para pesquisas com seres humanos,³³ o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob o número CAAE: 32982820.1.0000.5285 e número de parecer 4.343.054.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O entendimento de intervenção que norteou a elaboração dos modelos lógicos teórico e operacional do MBS é o definido por Champagne e colaboradores²⁰ como um sistema organizado de ação que objetiva modificar o curso previsível de um fenômeno para corrigir uma situação problema, em determinado contexto e período. E todo sistema organizado de ação envolve cinco componentes: uma estrutura, atores individuais e coletivos e suas práticas, processos de ação ou atividades, uma ou várias finalidades e um ambiente.²⁰

Considerando a Teoria de Mudança que norteou a elaboração dos instrumentos nesta proposta, o enfoque se deu em dois dos cinco componentes da intervenção: os processos de ação ou atividades previstas e as finalidades do MSB em curto, médio e longo prazo.

A construção e validação do MLO do MBS, realizada remotamente em duas fases, durou cerca de dois meses. Observou-se perda de 25% de participação na primeira fase e 8,3% na segunda. As fases apresentaram, nesta ordem, abstenção similar e abaixo à esperada nesse tipo de pesquisa, que é, respectivamente, de 25% e 20% para esses dois momentos.²⁴

A Fase 1, composta por questões abertas, contemplava atividades em seis componentes técnicos do MBS (1 - Combate à fome e ao desperdício; 2 - DHAA; 3 - SAN; 4 - Vulnerabilidade Social; 5 - Solidariedade; 6 - Capacitações e Treinamentos) e permitiu a livre manifestação dos participantes.

Tais contribuições facilitaram não apenas a sistematização e a análise de consistência dos conteúdos apresentados, como também agrupamentos, rearranjos e alterações inerentes ao fluxo do MLO proposto,²² expressando a qualidade das concepções de especialistas na temática apresentada e favorecendo o consenso, o que denota o quão congruente é a utilização da técnica Delphi no processo de validação de instrumentos.³⁴

Ainda considerando tais manifestações, na Fase 2 os componentes foram reescritos da seguinte forma: 1 - Gestão do MBS; 2 - Combate à fome e ao desperdício; 3 - DHAA; 4 - SAN; 5 - Vulnerabilidade Social; 6 - Solidariedade.

Assim, o componente “capacitação e treinamento” passou a ser um eixo transversal aos demais componentes, enquanto as questões relacionadas à gestão do programa ganharam centralidade, manifestadas por um componente específico.

A análise da Fase 2 possibilitou que os itens da fase anterior fossem organizados por componentes estruturais da intervenção, do primeiro ao sexto componentes técnicos do MBS e, após analisados, foram acompanhados da pontuação total alcançada, valores da mediana e do intervalo interquartilico, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartilico dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

COMPONENTE 1 – GESTÃO DO PROGRAMA MBS				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartilico
	Planejamento das ações de captação e fidelização de parcerias com previsão de cronograma e orçamento	32	3	0
	Planejamento das ações de coleta e distribuição de doações com previsão de cronograma e orçamento	32	3	0
	Planejamento das ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas, com previsão de cronograma e orçamento e conteúdos adequados às temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	28	3	1
Atividades	Planejamento das ações de capacitação e treinamento das equipes e voluntariado MBS sobre SAN, Perdas e Desperdício e Solidariedade, com previsão de cronograma e orçamento	27	3	1
	Planejamento, com cronograma e previsão orçamentária, para ampliação da equipe MBS	22	2	0,5
	Planejamento, com cronograma e previsão orçamentária, para revitalização e/ou ampliação da frota MBS	24	2	1
	Planejamento, com cronograma e previsão orçamentária, para implantação de novas Unidades MBS	17	2	1
	Divulgação do MBS, e de suas ações, nas mídias sociais	28	3	0,5
	Elaboração de um plano de monitoramento e avaliação das ações	33	3	0

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Cont.)

COMPONENTE 1 – GESTÃO DO PROGRAMA MBS				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
Produtos	Ações de captação e fidelização de parcerias planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	32	3	0
	Ações de coleta e distribuição de doações planejadas de acordo com cronograma e orçamento previstos	32	3	0
	Ações educativas, direcionadas às entidades sociais atendidas (público assistido, gestores(as), equipes de trabalho, voluntariado), planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	28	3	1
	Ações de capacitação e treinamento, direcionadas às equipes e voluntariado MBS, planejadas de acordo com cronograma, orçamento previsto e temáticas: SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade.	28	3	1
	Ampliação da equipe MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	25	2	1
	Ampliação e/ou revitalização da frota MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	25	2	1
	Ampliação do número de Unidades MBS planejada de acordo com cronograma e orçamento previsto	21	2	1
	Número de parcerias estratégicas ampliado (logística, mídia, recursos financeiros, demais serviços)	30	3	0
	Número de voluntários(as) ampliado	25	2	1
	Plano de monitoramento e avaliação das ações do MBS elaborado	31	3	0
Resultados	Proporção de novas parcerias captadas e proporção de parcerias fidelizadas	30	3	0
	Ampliação e diversificação das doações coletadas e distribuídas	28	3	0,5
	Aprimoramento das ações educativas realizadas	27	2	1
	Aumento do acesso a informações quanto à SAN; Perdas e Desperdício; Solidariedade; Captação de recursos; Sustentabilidade; Direitos sociais; Redes sociais; Desenvolvimento comunitário; Impactos de uma alimentação saudável e balanceada na vida do ser humano	30	3	0,5
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	29	3	1
	Maior efetividade dos processos de gestão	30	3	0,5
Impactos	Redução das perdas e desperdício de alimentos na produção	27	3	1
	Redução das perdas e desperdício de alimentos na distribuição	28	3	1
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0
	Maior eficiência dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Cont.)

COMPONENTE 2 – COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
Atividades	Captação de novos doadores	33	3	0
	Fidelização/valorização de doadores	33	3	0
	Coleta e distribuição de alimentos	32	3	0
	Cadastro de novas entidades sociais e manutenção do cadastro das já existentes	27	3	1
	Realização de ações educativas, com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	30	3	0,5
	Realização de ações educativas com todos os atores envolvidos (gestores, público assistido, funcionários e voluntariado ESA; equipes e voluntariado MBS; equipes e voluntariado doadores), que envolvam os mecanismos da fome e da exclusão social	29	3	1
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos	29	3	1
	Execução do plano de monitoramento e avaliação das ações	32	3	0
	Número de doadores ampliado	32	3	0
	Trabalho aprimorado com os doadores já existentes	33	3	0
Regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação	33	3	0	
Produtos	Número de entidades sociais atendidas ampliado	29	3	1
	Trabalho aprimorado com as entidades sociais atendidas	32	3	0
	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que estimulem o consumo consciente e abordem o desperdício de alimentos	30	3	0,5
	Regularidade nas ações educativas, com todos os atores envolvidos, que abordem os mecanismos da fome e da exclusão social	29	3	1
	Autoavaliação sistemática das ações educativas, capacitações e treinamentos realizada	30	3	0,5
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	32	3	0
	Redução do desperdício de alimentos em todas as etapas da cadeia (produção/distribuição/consumo)	31	3	0
Resultados	Aumento do consumo consciente - alimentos/recursos	30	3	0
	Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais	32	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	32	3	0
	Redução da situação de pobreza e fome	32	3	0
Impactos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	32	3	0
	Redução da mortalidade infantil	28	3	1
	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)	31	3	0
	Aumento da garantia de direitos sociais	31	3	0
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Cont.)

COMPONENTE 3 - DHAA				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
Atividades	Realização de reuniões estratégicas e grupos operativos com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	29	3	1
	Realização de reuniões estratégicas com Conselhos de Políticas Públicas e Conselhos de Direitos Humanos para ações em conjunto	30	3	0,5
	Elaboração de projetos em parceria com organismos de assistência técnica agrícola	27	3	1
	Realização de reuniões/eventos/ações educativas com as entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	28	3	1
	Articulação com o poder público visando a construção/aprimoramento de políticas públicas de SAN	31	3	0
	Realização de autoavaliação sistemática das reuniões/eventos/ações educativas	30	3	0,5
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	30	3	0,5
	Reuniões estratégicas e grupos operativos realizados com gestores de políticas públicas de SAN e de áreas correlatas para ações em conjunto	32	3	0
	Reuniões estratégicas realizadas e parcerias formalizadas com Instituições de defesa e exigibilidade dos Direitos Humanos – Conselhos e Conselhos de Políticas Públicas para ações em conjunto	30	3	0,5
	Projetos elaborados em parceria com organismos de assistência técnica agrícola	28	3	1
	Eventos/reuniões/ações educativas realizadas com entidades sociais (gestores e público assistido) sobre garantia de direitos sociais e alimentação e nutrição	29	3	1
	Articulação com o poder público realizada visando a construção/aprimoramento de políticas públicas de SAN	31	3	0
	Autoavaliação sistemática das reuniões/eventos/ações educativas realizadas	30	3	0,5
	Resultados	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	31	3
Melhoria quanti e qualitativa das refeições servidas nas entidades sociais (complementação)		31	3	0
Atendimento a populações em risco social e nutricional (famílias, desabrigados, desalojados) ampliado		33	3	0
Aumento do acesso físico e econômico aos alimentos de qualidade, de maneira regular e em quantidade suficiente para satisfazer às necessidades nutricionais individuais		33	3	0
Aumento da distribuição de alimentos regionais excedentes – safra		32	3	0
Aumento da percepção da população vulnerável sobre seus direitos sociais		30	3	0,5
Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas		32	3	0
Impactos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	32	3	0
	Ampliação do acesso à alimentação nutricional, cultural e ambientalmente adequada	32	3	0
	Aumento da garantia de direitos sociais	31	3	0
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	32	3	0

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Cont.)

COMPONENTE 4 – SAN				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
Atividades	Definição de mecanismos de monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	32	3	0
	Realização de visitas de monitoramento às entidades sociais atendidas	31	3	0
	Articulação de parcerias com outros equipamentos de SAN para garantia da regularidade do fornecimento de alimentos	31	3	0
	Realização de reuniões estratégicas sobre SAN com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	27	3	1
	Realização de ações educativas com enfoque em SAN abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	32	3	0
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	30	3	0,5
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	32	3	0
Produtos	Mecanismos definidos para o monitoramento e avaliação da SAN nas entidades atendidas	32	3	0
	Visitas de monitoramento realizadas	29	3	1
	Parcerias articuladas com outros equipamentos de SAN	30	3	0,5
	Reuniões estratégicas sobre SAN realizadas com coletivos, fóruns e Conselhos de participação e controle social	30	3	0,5
	Ações educativas realizadas com enfoque em SAN, abordando questões de renda, acesso, emprego, pobreza, desigualdades, direitos sociais e políticas públicas	32	3	0
	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	31	3	0
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	33	3	0
Resultados	Aprimoramento da análise da situação local e nacional de SAN	31	3	0
	Aumento da quantidade e da qualidade nutricional dos alimentos captados/coletados	32	3	0
	Aumento da percepção da população vulnerável sobre SAN	30	3	0,5
	Aumento no acesso a alimentos diversificados e seguros de maneira ininterrupta e permanente	32	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	29	3	0,5
Impactos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	31	3	0
	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada	29	3	1
	Maior efetividade das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional	30	3	0,5
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Cont.)

COMPONENTE 5 – VULNERABILIDADE SOCIAL				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
Atividades	Realização de eventos em rede, promovidos pelas próprias entidades sociais, com apoio do MBS (relatos de casos/trocas de experiências)	29	3	1
	Realização sistemática de ações educativas, com diferentes abordagens, com ênfase na dialógica, popular e freiriana, buscando envolver todos os participantes do programa para que eles se tornem sujeitos da ação	28	3	0,5
	Realização de reuniões/palestras/atividades/grupos operativos com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	27	3	1
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	28	3	0,5
	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	29	3	0
Produtos	Ações em rede realizadas pelas entidades sociais a fim de socializar informações e compartilhar experiências	30	3	0,5
	Ações educativas realizadas a fim de discutir e esclarecer quanto ao efetivo exercício de direitos sociais e a utilização de equipamentos sociais e de saúde	28	3	1
	Reuniões/palestras/atividades/grupos operativos realizados com conselhos de direitos e com gestores das políticas públicas de assistência social	28	3	1
	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	31	3	0
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	32	3	0
Resultados	Aumento do acesso a oportunidades (educação, formação continuada e trabalho/emprego) para o desenvolvimento enquanto cidadã(o)	31	3	0
	Aumento da capacidade de acesso aos meios de subsistência suficientes às necessidades essenciais (alimentação, moradia digna e cuidados de saúde e higiene)	29	3	1
	Aumento do acesso a informações quanto aos direitos do cidadão e participação efetiva nas instâncias formais de controle social	29	3	1
	Aumento da utilização dos equipamentos sociais e de saúde	31	3	0
	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	32	3	0
Impactos	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	31	3	0
	Redução da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação não adequada	30	3	0,5
	Aumento da garantia de direitos sociais	30	3	0,5
	Aprimoramento dos processos de gestão do MBS	31	3	0

Tabela 1. Total de pontos, mediana e intervalo interquartil dos itens relacionados às etapas dos componentes técnicos 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Cont.)

COMPONENTE 6 – SOLIDARIEDADE				
Etapas	Itens	Total de pontos	Mediana	Intervalo interquartil
Atividades	Realização de ações de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do MBS junto à sociedade)	30	3	0,5
	Realização de reuniões, palestras, etc, sobre a importância do voluntariado no combate à fome e ao desperdício	26	3	1,5
	Articulação com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	28	3	1
	Articulação com o poder público para engajamento à causa e realização de ações como seminários, workshops, mesas de debates para sensibilização da sociedade civil e organizações, sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	27	3	1
	Diversificação de parcerias do Programa MBS para incentivo a projetos com a agricultura familiar	29	3	1
	Realização de autoavaliação sistemática das ações educativas	31	3	0
Produtos	Execução do Plano de monitoramento e avaliação das ações	32	3	0
	Número de ações exercidas por voluntários(as) no MBS	28	3	1
	Número de ações voluntárias realizadas por colaboradores (as) das organizações	27	3	1
	Número de ações realizadas em conjunto com a sociedade civil, coletivos e organizações para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	30	3	0
	Número de ações realizadas em conjunto com o poder público para engajamento à causa e ampliar o debate sobre pobreza e desigualdade social, a fim de reduzir de forma efetiva e duradoura a fome	29	3	0,5
	Projetos de incentivo à agricultura familiar realizados	31	3	0
Resultados	Autoavaliação sistemática das ações educativas realizadas	30	3	0
	Plano de monitoramento e avaliação das ações executado	32	3	0
	Aumento da rede de combate à fome e ao desperdício (indivíduos, organizações e poder público)	32	3	0
	Ampliação do número de voluntários individuais e corporativos no MBS	28	3	1
	Aumento do consumo consciente	30	3	0,5
	Aumento da proporção de alimentos oriundos da agricultura familiar	31	3	0
Impactos	Aumento de ações do MBS monitoradas e avaliadas	31	3	0
	Redução da prevalência das manifestações de IA (desnutrição, obesidade e sobrepeso, carências nutricionais)	31	3	0
	Redução dos impactos ambientais (Ex: uso racional da água; redução da produção e descarte de lixo orgânico)	30	3	0,5
	Aumento da garantia de direitos sociais	30	3	0,5
	Ampliação da responsabilidade social	30	3	0,5
Aprimoramento dos processos de gestão do MBS		31	3	0

Fonte. Elaboração própria.

As linhas destacadas com a coloração cinza na tabela apresentada correspondem aos itens considerados não pertinentes ou irrelevantes pelos participantes (aqueles que alcançaram menos de 23,1 pontos), pertinentes, mas de baixa relevância (abaixo de 24,75 pontos) ou aqueles que, mesmo alcançando a pontuação igual ou acima de 26,4, apresentaram mediana inferior a 3 e intervalo interquartil igual ou superior a 1, mostrando que o consenso, estatisticamente definido, não foi alcançado.

Cabe ressaltar que na Fase 2, em todos os componentes técnicos, houve momentos nos quais os componentes estruturais não foram consensuados como muito relevantes, trazendo rupturas ao encadeamento lógico-operacional proposto. O componente “Gestão”, que foi acrescentado, foi o que apresentou mais interrupções de continuidade.

Os itens que alcançaram pontuação igual ou superior a 26,4 pontos, mediana igual a 3 e intervalo interquartil inferior a 1 foram classificados como muito relevantes. Tais itens compuseram o modelo lógico-operacional validado, cuja diagramação é apresentada, por componentes técnicos MBS, na figura 4.

Figura 4. Modelo Lógico-Operacional do MBS validado.



Figura 4. Modelo Lógico-Operacional do MBS validado. (Cont.)

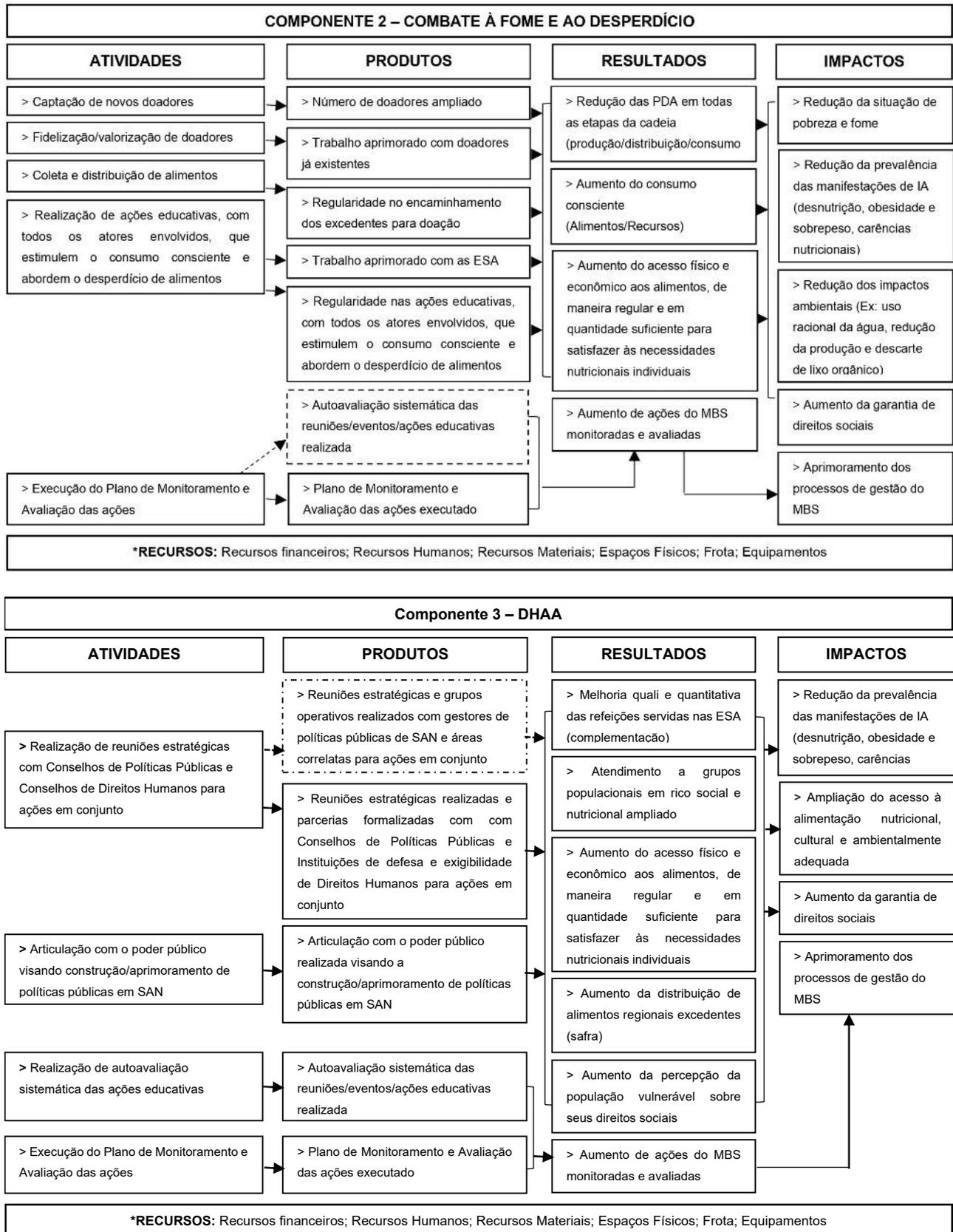


Figura 4. Modelo Lógico-Operacional do MBS validado. (Cont.)

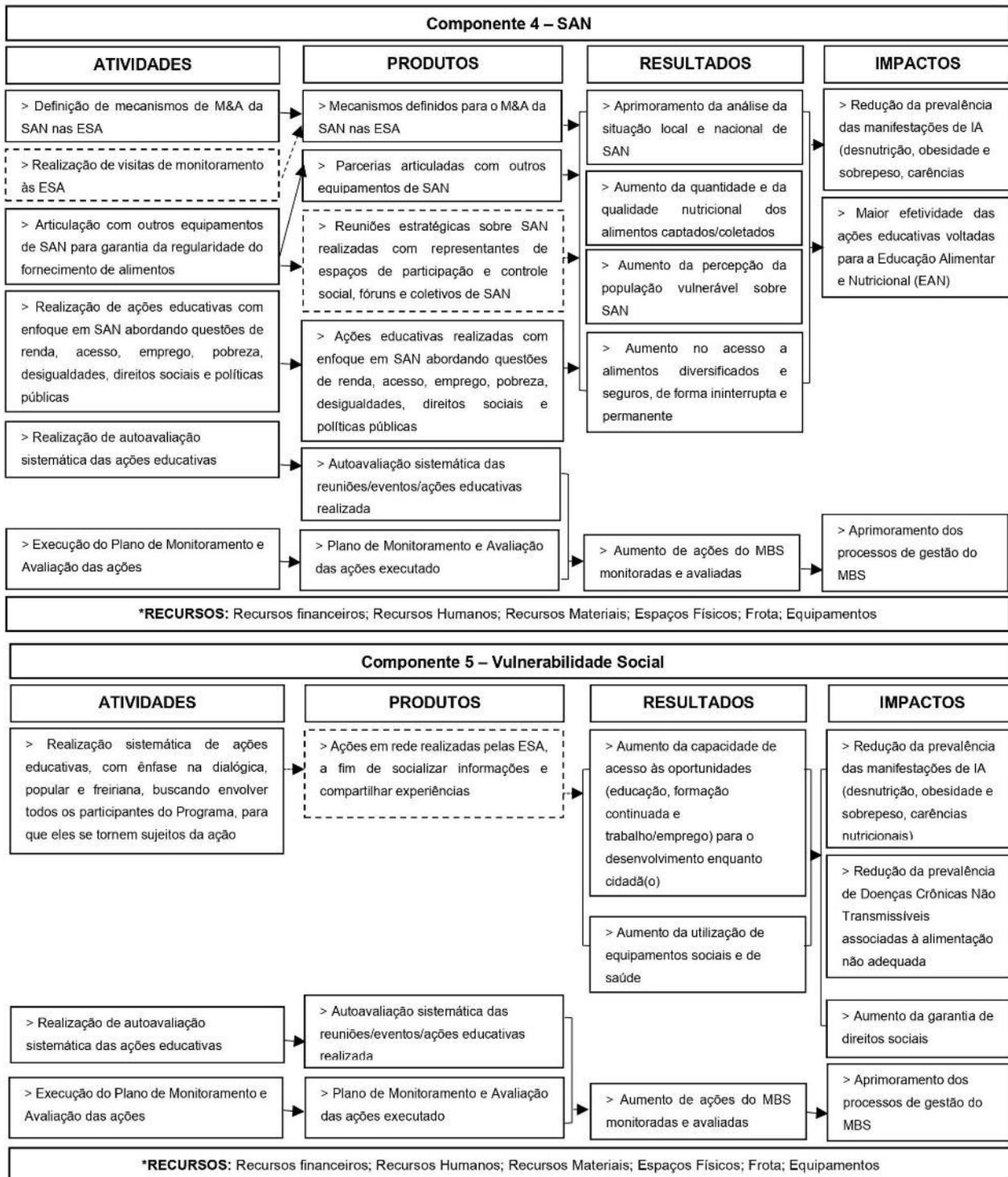
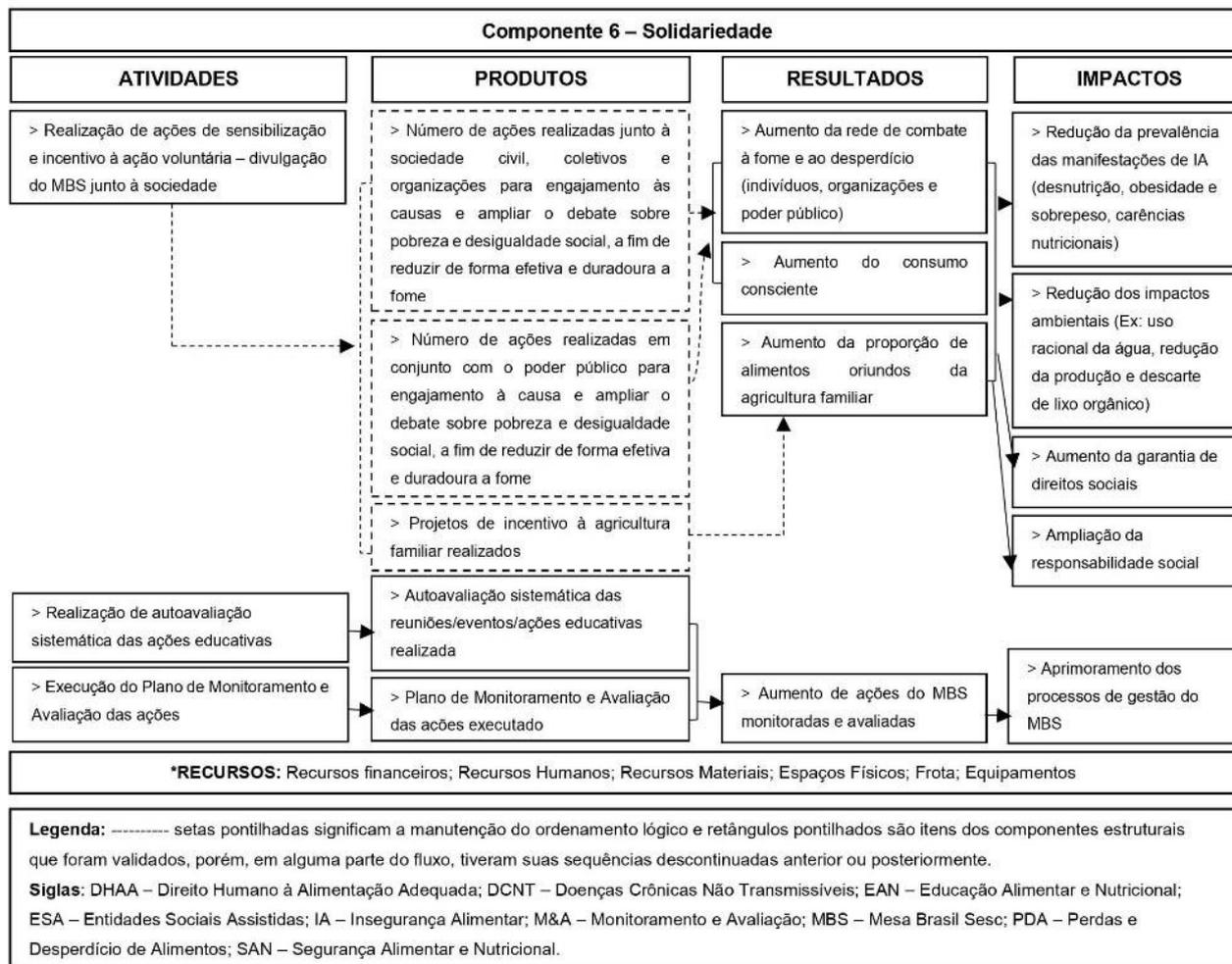


Figura 4. Modelo Lógico-Operacional do MBS validado. (Cont.)



Fonte. Elaboração própria.

O processo permitiu observar diferentes percepções sobre a temática de SAN e a proposta de trabalho do Programa MBS, enquanto rede de bancos de alimentos, entre pessoas com experiências e atuações diferenciadas na área, distantes geograficamente e com realidades e trajetórias distintas.

Esta diversidade de percepções e experiências é marca relevante do campo da SAN. Sendo assim, cabe registrar que os significados atribuídos à SAN podem variar por diferentes motivos: pelo maior ou menor tempo de contato com o debate, de acordo com o tipo de engajamento e experiência vivenciados assim como pelo grau de incorporação de suas diversas perspectivas – biomédica, social, política, cultural, entre outras.^{35,36} Assim, a percepção de que houve ampliação das dimensões de SAN incorporadas a partir da participação dos especialistas envolvidos permite supor que suas diferentes trajetórias e aproximações com o tema contribuíram para atualizar a maneira de enxergar as ações e resultados do MBS.

As respostas dos participantes encontraram coerência entre as duas fases da pesquisa, assim como com a evolução do conceito de SAN no Brasil. Foram reafirmados princípios importantes do programa MBS como sua premissa de atuação na redução das carências nutricionais e do desperdício. Incluíram, contudo, a preocupação com o aumento da prevalência do excesso de peso na população, assim como de doenças crônicas não transmissíveis e outras doenças associadas à má nutrição. Ao mesmo tempo, atualizam algumas perspectivas ao incluírem dimensões inerentes ao conceito de DHAA, como na ênfase em questões

como acesso, regularidade de ações, estabilidade, ampliação de informações relacionadas a direitos e promoção da cidadania.³⁷

Pode-se perceber uma perspectiva de reforço da atuação articulada ao poder público, participação em conselhos e instâncias de controle social e defesa de políticas públicas de Saúde, Assistência Social e SAN, o que se configura como de extrema relevância e coerência com o contexto atual de discontinuidades de políticas públicas de SAN;³⁸ denota, ainda, que as atividades dos bancos de alimentos, isoladamente, não asseguram a SAN da população em situação de vulnerabilidade social,³⁹ evidenciando a necessidade de políticas e programas integrados e que respeitem o princípio essencial da equidade ao promover suas ações.⁴⁰

Ainda neste sentido e, provavelmente por força do atual contexto de crise vivenciado no Brasil, palavras e expressões como fome, pobreza, exclusão social, desigualdade e vulnerabilidade apareceram de forma recorrente nas contribuições na Fase 1, enfatizando que tais fatores devem ser considerados ao discutirmos o conceito de adequação alimentar e que aponta para um entendimento coletivo de que é fundamental acentuar estratégias que preconizem e democratizem o acesso aos alimentos, mesmo havendo disponibilidade, afetado diretamente pelo desequilíbrio histórico na distribuição de renda.^{40,41}

Já na Fase 2, observando-se os Componentes 2 e 3 (combate à fome e DHAA), a grande maioria das atividades foram consideradas pertinentes e com consenso, o que reforça o aspecto emblemático da SAN no Brasil, onde a incorporação das premissas do DHAA teve papel fundamental na construção tanto do conceito quanto das ações deste campo. Nesta direção, agrupam-se historicamente no país os temas relacionados à “luta contra a fome, a má-nutrição e pela garantia da alimentação adequada para todos”.⁴²

O enfoque dos direitos humanos coloca no centro o ser humano, sujeito sócio-histórico-cultural, e não apenas objeto de uma ação ou política. Desta forma, toda atuação do campo deve prezar pela “priorização da dignidade humana, razão principal pela qual as estratégias de SAN devem ser direcionadas e integradas à abordagem de direitos humanos”.⁴²

Como já afirmado, as ações de EAN, capacitação e treinamento têm tido papel relevante no histórico das ações do MBS. Sendo coerentes a esta premissa, os participantes manifestaram-se significativamente sobre contribuições a esse tema. Destaca-se o alinhamento com as orientações do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Neste sentido, foram apontadas a necessidade de planejamento, realização de autoavaliação sistemática dessas ações, e a incorporação de metodologias críticas.⁴³

Ainda que o componente da gestão do MBS tenha apresentado muitos itens suprimidos, foi possível perceber a valorização, ao longo dos demais componentes, das ações de planejamento, monitoramento e avaliação. Sugere-se assim que, na avaliação conjunta das duas fases, houve valorização de temas da gestão, o que encontra coerência com o atual contexto das ações no campo da SAN, uma vez que se amplia o reconhecimento da necessidade de incorporar diferentes racionalidades e estratégias, a fim de adequar-se à complexidade e amplitude do conceito de SAN, que exige cada vez mais uma atuação intersetorial e que dialogue com realidades locais. Foi expresso, ainda, o zelo com relação às questões inerentes ao funcionamento e continuidade do Programa manifestados pela preocupação com investimentos na frota, equipe e estratégias de mídia e divulgação.

No componente “solidariedade”, chamou atenção a inclusão das ações de apoio e promoção à agricultura familiar, expressas por dois participantes. Cabe destacar que, por diferentes iniciativas governamentais, foi ampliado o fomento da agricultura familiar no bojo da construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ampliar a estrutura para transporte, armazenamento e

processamento desses alimentos tem representado desafio importante,⁴⁴ e os bancos de alimentos foram se apresentando, ao longo dos anos, como importante estratégia de apoio.⁴⁵

Demonstra ainda, o quão fundamental é a relação dos equipamentos de SAN com esse modelo de sistema alimentar sustentável, uma vez que, além de produzir para subsistência e consumo próprio, gera excedentes que podem ser transacionados pelos bancos de alimentos, em uma perspectiva de promoção da SAN em âmbito local, combatendo a fome em áreas de concentração de extrema pobreza, valorizando cultura e hábitos territorializados.⁴⁶

Cabe destacar que o MLO validado trouxe à tona importantes reflexões sobre o MBS, que extrapolam o senso comum sobre a atuação dos bancos de alimentos,⁴⁵ pois permitiu identificar que as demais dimensões de SAN também estão fortemente expressas em suas ações.¹¹ Isso o diferencia das demais experiências deste segmento, uma vez que vão além da importante, porém não exclusiva, função mediadora ou de entreposto entre doadores e receptores de alimentos,^{9,10} com destaque para as ações educativas junto aos atores envolvidos em sua cadeia e o fortalecimento do consumo consciente e da solidariedade social.⁴⁷

Ressalta-se como fundamental que os achados do presente artigo sejam discutidos entre os interessados, tendo como uma oportunidade o Encontro Nacional de coordenadores MBS, que ocorre bianualmente.

O MLO constitui-se, portanto, em um instrumento de ampla utilidade para o aprimoramento do processo de monitoramento do MBS e permitirá estratégias de avaliação periódicas na busca contínua pela excelência de sua atuação, enquanto equipamento de SAN, sobretudo nesse contexto de desconstrução das políticas de SAN, no qual a produção de metodologias de M&A em alimentação e nutrição se mostram essenciais para verificar e analisar os impactos das ações realizadas nessa área, assim como revigorá-la enquanto agenda positiva.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento de processos participativos de M&A em SAN é uma estratégia indispensável na defesa do DHAA. Entende-se que a experimentação, documentação e publicização de iniciativas desta natureza contribuem para a construção de uma cultura de avaliação no âmbito de iniciativas governamentais e não governamentais de SAN, o que pode fortalecer mecanismos de gestão e controle social.

A validação do MLO retratou, da maneira mais fidedigna possível e sob a ótica dos diferentes atores, os caminhos a serem percorridos para o aprimoramento da contribuição do MBS à promoção contínua da SAN, e que há grande demanda para o levantamento e análise de informações capazes de revelar pontos críticos que possam contribuir para o aprimoramento de processos e resultados.

Salienta-se que, por ser realizado remotamente, o estudo apresentou como vantagem o baixo custo com disponibilização de *links* de acesso aos questionários enviados por *e-mail*, condizente com as adaptações necessárias no período de pandemia da Covid-19, que incentivaram a realização e a adaptação de pesquisas com a utilização mais ampla de ferramentas virtuais.

Entretanto, é importante também destacar como fatores limitantes, o elevado tempo gasto na elaboração dos questionários e a extrapolação dos prazos estipulados para a finalização das duas fases propostas para a definição do consenso. Este fato evidencia o quanto o estudo depende do engajamento

dos respondentes para a produção de respostas coerentes e confiáveis e o quanto fatores externos, neste caso específico a pandemia e suas consequências, podem interferir nesse processo.

Por fim, cabe enaltecer a construção compartilhada em todo o processo, a importância do coletivo, do consenso entre os atores envolvidos com a SAN. Os olhares moldados pelas realidades locais e diferentes experiências favoreceram a reflexão sobre os desafios enfrentados nas atividades desenvolvidas cotidianamente, com ênfase nas fases de monitoramento e avaliação, para o alcance dos objetivos propostos neste estudo.

REFERÊNCIAS

1. Takagi M, Graziano da Silva J, Del Grossi ME. A política da segurança alimentar e nutricional do Brasil a partir do Programa Fome Zero. In: Almeida Filho N, Ortega AO (orgs). Desenvolvimento territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Campinas: Alínea; 2007.
2. Castro J. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10. ed. Rio de Janeiro: Antares; 1984. 364 p.
3. Freitas MCS. Agonia da fome [E-book]. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003 [citado 2 jun 2021]. 281 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/r9y7f/pdf/freitas-9788575412497.pdf> doi: 10.7476/9788575412497 ISBN: 85-8906-004-7.
4. Monteiro CA. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. In Estud. av. [internet]. 2003 [citado 25 ago 2021];17(48):7-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002>
5. Menezes F. O aumento da fome no Brasil: várias faces de um mesmo problema. Nexo Jornal [internet]. 2021 [acesso em 2021 fev 25]. Disponível em: <https://nexojournal.com.br/ensaio/2021/O-aumento-da-fome-no-Brasil-varias-faces-de-um-mesmo-problema/>.
6. Belik W, Cunha ARA, Costa LA. Crise dos Alimentos e Estratégias para a Redução do Desperdício no Contexto de Uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Revista Planejamento e Política Públicas. 2012;38:107-132. doi: 10.38116/ppp38.
7. CAISAN. Estratégia intersetorial para a redução de perdas e desperdício de alimentos no Brasil. 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PDA.pdf
8. Brasil. Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras providências. Diário Oficial da União. 16 set 1946. p. 2947.
9. Tenuta N, Teixeira RA. A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos. Segur. Aliment. Nutr. 2017;24(1):53-61. <https://doi.org/10.20396/san.v24i1.8649720>
10. Machado KSO, Gentil PC. Bancos de alimentos: oportunidades e desafios. In: Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução. Brasília: Edições Câmara; 2018. p. 161-179.
11. Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional. Guia do programa Mesa Brasil Sesc. Rio de Janeiro: Sesc; 2017.
12. Santos SMC, Silva DO. Trilhas para monitorar e avaliar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Alimentação e Nutrição: Políticas e Ação. Rio de Janeiro: EAD/ENSP. 2013.

13. Oliveira ASB, Casemiro JP, Brandão AL, Pinto AMS. Monitoramento e Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais. *Cien. Saúde Colet.* 2020;27(02):631-640. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.41332020>.
14. Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional. Plano Estratégico do Mesa Brasil Sesc 2012-2015. Rio de Janeiro: Sesc;2012.
15. FAO. Global Food Losses and Food Waste: Extent, Causes and Prevention. Rome, Italy [internet]. 2011 [acesso em 2019 out 10].Disponível em: <http://www.fao.org/3/mb060e/mb060e00.pdf>.
16. Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022.
17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19. [relatório eletrônico] 2020 [acesso em 20 fev 2021]. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>.
18. Alpino T de MA, Santos CRB, Barros DC de, Freitas CM de. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cad. Saúde Pública.* 2020;36(8):1-17. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>
19. Brasil. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2010; 26 ago.
20. Champagne F, Brousselle A, Hartz ZMA, Contandriopoulos A-P. Modelizar as intervenções. In: Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz ZMA. (org.)*Avaliação: conceitos e métodos.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 61-74.
21. Hartz ZMA, Silva LMV. *Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 275 p.
22. Lopo Neto RC. Validação de Instrumento de Monitoramento e Avaliação do Mesa Brasil Sesc para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional [Dissertação]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; 2021. 192 p.
23. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República [Internet]. 2020 [acesso em 2021 abr 26]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm
24. Vitorino SAS, Cruz MM, Barros DC. Validação do modelo lógico teórico da vigilância alimentar e nutricional na atenção primária em saúde. *Cad. Saúde Pública.* 2017;33(12):1-23. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00014217>
25. Fontenele RM, Sousa AI, Rasche AS, Souza MHN, Medeiros DC. Construção e validação participativa do modelo lógico do Programa Saúde na Escola. *Saúde Debate.* 2017;41(spe):167-179. <https://doi.org/10.1590/0103-11042017S13>
26. Deslandes S, Coutinho T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cad. Saúde Pública.* 2020;33(11):1-11.<https://doi.org/10.1590/0102-311X00223120>

27. Wright JTC, Giovinazzo RA. Delphi - uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Cad. de Pesquisas em Administração*. 2000; 1(12):54-65.
28. da Silva AM, Rodrigues CDS, Silva SMR, Witt RR. Utilização da técnica Delphi on-line para investigação de competências: relato de experiência. *Rev. Gaúcha Enferm [Internet]*. 2009;30(2):348-51. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/7274>
29. Kayo EK, Securato JR. Método Delphi: Fundamentos, Críticas e Vieses. *Caderno de Pesquisas em Administração*. 1997;1(4):51-61.
30. Uchoa AC, Gondim GMM, Barreto MA, Rocha NSPD, Rocha PM Utilizando técnicas de consenso: potencialidades e limites na avaliação de informações em saúde. In: Hartz ZMA, Felisberto E, Vieira-da Silva LM. (org.). *Meta-avaliação da atenção básica à saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. p. 253-275.
31. Weiss CH, Connell, JP. Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-Based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families. In: The Aspen Institute. *New Approaches to Evaluating Community Initiatives: Concepts, Methods, and Contexts*. 1995. p.65-92.
32. Center for theory of change. O que é a Teoria da Mudança? [internet]. [acesso em 2020 ago 08]. Disponível em: <https://www.theoryofchange.org/what-is-theory-of-change/>.
33. Brasil. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Diretrizes e normas regulamentadoras aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais envolvendo seres humanos. 2016.
34. Scarparo AF, Laus AM, Azevedo ALCS, Freitas MRI, Gabriel CS, Chaves LDP. Reflexões sobre a técnica delphi em pesquisa na enfermagem. *Rev Rene*. 2012;13(1):242-51.
35. Aliaga, MA, Santos, SMC, Trad, LAB. Segurança Alimentar e Nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 2020;36(1):1-15. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00169218>
36. Costa CA, Bógus MC. Significados e apropriações da noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo segmento da sociedade civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *Saúde Soc.*, 2012;21(1):103-114. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100011>
37. Burity V, Franceschini T, Valente FL, Recine E, Leão M, Carvalho MF. *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH. 2010.
38. Campello T. Para a fome não voltar [internet]. 2021 [acesso em 2021 ago 03]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/alimentacao-entrevista---tereza-campello/>.
39. Hehnke B, Galera AS, Silva NM, De Maria PF, Kutz NA, Salgueiro MMHAO. Percepção sobre a segurança alimentar e nutricional de instituições cadastradas no Banco de Alimentos de Itapeçerica da Serra. *Cad Saúde Colet*, 2021;29(2):238-245. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129020586>
40. Fagundes A, de Cássia Lisboa Ribeiro R, de Brito ERB et al. Public infrastructure for food and nutrition security in Brazil: fulfilling the constitutional commitment to the human right to adequate food. *Food Sec*. 2022;14:897-905. <https://doi.org/10.1007/s12571-022-01272-1>
41. Verdan Rangel TL. O programa banco de alimentos como instrumento de concretização do direito humano à alimentação adequada. *LH [Internet]*. 28º de fevereiro de 2017 [citado 15º de novembro de 2022];8(2):120-36. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1263>

42. Albuquerque MFM. Segurança Alimentar e Nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Rev. Nutr.*, 2009;22(6):895-903. p. 897-902. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000600011>
43. Valente FL. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: Valente F. Fome e desnutrição: determinantes sociais. São Paulo: Cortez; 1986. p. 66 – 91.
44. Grisa C, Porto SI. Políticas de segurança alimentar e nutricional - Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: Grisa C, Schneider S (org.). Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180.
45. Burlandy L, Maluf, RS, Frozi D, Mafra LAS, Reis MC, Zimmermann SA. Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Caderno de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações. Brasília: MDS; 2010. p.35-63.
46. Maluf RS, Menezes F, Marques SB. Caderno “segurança alimentar” [Internet]. Paris: Fhp; 2000 [acesso em 2021 abr 27]. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br>
47. Burlandy L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciênc. saúde coletiva*, 2011;16(1):63-72. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100010>

Colaboradores

Lopo Neto RC participou na concepção e desenho; análise e interpretação dos dados. Vitorino SAS, Brandão AL e Casemiro JP participaram na revisão e aprovação da versão final.

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 10 de agosto de 2022

Aceito: 25 de janeiro de 2023